

Prefeito recua e mantém salários após reunião com a Câmara sobre apontamentos do TCE-MS em Coxim

Corte de gratificações é suspenso; vereadores cobram transparência, reforma administrativa e plano de regularização da folha

20/02/2026 12h26 \ Atualizada há 2 dias

Por: Vanessa Ferreira



 Reunião e coletiva de imprensa realizadas nesta sexta-feira (20), na Câmara Municipal de Coxim, reuniu vereadores e representantes do Executivo para discutir os apontamentos do TCE-MS sobre a folha de pagamento de 2024.

A Prefeitura de Coxim recuou da decisão de suspender gratificações e adicionais de servidores municipais e anunciou a manutenção dos salários, após reunião realizada nesta sexta-feira (20) com vereadores na Câmara Municipal.

A medida inicial havia sido tomada após relatório do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), que apontou inconsistências na folha de pagamento referente ao exercício de 2024.

Em coletiva de imprensa após a reunião, o presidente da Câmara, Luiz Eduardo (PP), disse que o Legislativo defendeu desde o início que o município não promovesse cortes imediatos, mas apresentasse um estudo técnico com prazo para regularização. “Não há decisão liminar determinando corte imediato, mas um relatório técnico orientando correções. Defendemos que primeiro se construa um caminho para regulamentar, e não cortar de forma abrupta”, afirmou.

O que foi apontado pelo TCE-MS

O relatório da divisão de auditoria do tribunal identificou irregularidades na concessão de:

- Adicional de Produtividade
- Adicional por Dedicação Plena
- Gratificação por Serviços Extraordinários (horas extras)
- Pagamento dessas verbas a servidores temporários

Entre as inconformidades estão a ausência de critérios objetivos para produtividade, falta de requisitos legais para dedicação plena, pagamento habitual de horas extras e questionamentos sobre a legalidade de benefícios a temporários.

O TCE-MS ressaltou a necessidade de cumprimento dos princípios da legalidade, proporcionalidade e transparência na administração pública.

Vereadores reforçam cobrança por transparência

Também participaram da reunião os vereadores William Meira (PSDB), Mauricio Helpis (PSDB), Adriana Nabhan (MDB), Lourdes da Silva (Podemos), Batista Pescador (PT), Lucia AAVC (PP), além de Abilio Vaneli (PT) e Simones Gomes (Republicanos).

Os parlamentares reforçaram que o problema é antigo e não se restringe à atual gestão, defendendo uma reforma administrativa mais ampla, incluindo revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).

Segundo os vereadores, muitos servidores passaram a contar com produtividade e horas extras como parte fixa da remuneração, o que exige transição planejada para evitar prejuízos abruptos.

Situação fiscal em debate

Durante a reunião, a Câmara também cobrou informações detalhadas sobre a situação fiscal do município, índice da folha de pagamento e possíveis alternativas de economia.

Os vereadores questionaram se eventuais cortes devem recair apenas sobre os servidores ou se outras despesas — como contratos, aluguéis e eventos custeados com recursos públicos

– também podem ser reavaliadas.

Próximos passos

Com o recuo do Executivo, a Prefeitura deverá apresentar ao TCE-MS um plano de adequação e regulamentação das gratificações dentro dos parâmetros legais.

A Câmara se colocou à disposição para votar projetos que garantam segurança jurídica, equilíbrio fiscal e manutenção da qualidade dos serviços públicos prestados à população de Coxim.